



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

**ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE**

Aos nove dias do mês de dezembro de 2020, pelas dezasseis horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**ORDEM DO DIA**

**1. Aprovação da Ata n.º 48**

**2. Iniciativas Legislativas**

**Distribuição**

**Projeto de Lei 587/XIV/2 (BE)** - *Interdita a produção, posse, utilização e comercialização dos meios e formas aplicados exclusivamente na captura ou abate de exemplares de espécies não cinegéticas de aves selvagens (3.ª alteração ao decreto-lei n.º 140/99, de 24 de abril)*

**Projeto de Lei 586/XIV/2 (BE)** - *Condiciona o exercício da caça a espécies cinegéticas que não se encontrem ameaçadas, ou quase ameaçadas, e que apresentem estatuto de conservação conhecido (8.ª alteração ao decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto) [baixa à 7.ª Comissão (competente), em conexão com 11.ª Comissão]*

**3. Projetos de Resolução**

**Discussão**

- a) **PJR 527/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que apoie as organizações não-governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise provocada pela pandemia causada pelo SARS-CoV-2*
- b) **PJR 539/XIV/1 (NInsc JKM)** - *Por uma Avaliação Ambiental Estratégica para a Mineração e Avaliações Ambientais Estratégicas nas regiões onde estão em curso ou previstos projetos de prospeção e pesquisa de depósitos de lítio e minerais associados*
- c) **PJR 573/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que atue no sentido da correta classificação energética e promoção da diminuição da utilização de gases fluorados nos aparelhos de ar condicionado e a durabilidade dos mesmos*  
**PJR 673/XIV/2 (BE)** - *Recolha e tratamento eficaz dos gases de refrigeração das unidades de ar condicionado, frigoríficos e outros equipamentos de frio*

- d) **PJR 620/XIV/1 (CH)** - Recomenda ao Governo que estabeleça o dia 25 de setembro como o Dia Nacional da Sustentabilidade  
**PJR 621/XIV/1 (NInsc JKM)** - Institui o dia 25 de setembro como o Dia Nacional da Sustentabilidade  
**PJR 670/XIV/2 (CDS-PP)** - Instituição do Dia Nacional da Sustentabilidade a 25 de setembro
- e) **PJR 667/XIV/2 (BE)** - Recomenda medidas de mitigação das emissões de navios de comércio e de cruzeiro cujas emissões agravam a crise climática, o ambiente e a saúde humana
- f) **PJR 688/XIV/2 (PSD)** - Recomenda ao Governo a implementação de ações tendentes à despoluição do rio Ferreira e à requalificação das suas margens, bem como o funcionamento em pleno da ETAR no mais curto espaço de tempo possível  
**PJR 698/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo que cumpra a Lei da Água, garanta o correto tratamento de efluentes do Rio Ferreira e assegure a sua urgente despoluição
- g) **PJR 701/XIV/2 (BE)** - Revisão da carreira de vigilante da natureza e contratação de efetivos suficientes
- h) **PJR 752/XIV/2 (PEV)** - Incentivos para erradicação de resíduos de plástico no mar  
**PJR 758/XIV/2 (PS)** - Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias com vista ao reforço da recolha seletiva em Portugal
- i) **PJR 754/XIV/2 (NInsc JKM)** - Classificação da Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida
- j) **PJR 765/XIV/2 (BE)** - Pela prorrogação do prazo de validade da avaliação de Impacto Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa

### **Especialidade**

- PJR 437/XIV/1 (PS)** - Recomenda ao Governo que condicione a emissão de licença de exploração das novas centrais de biomassa ao cumprimento de rigorosos padrões ambientais e de sustentabilidade  
**PJR 511/XIV/1 (BE)** - Utilização sustentável e ecológica da biomassa florestal residual  
**PJR 531/XIV/1 (PEV)** - Reformulação do modelo e apoios públicos a atribuir às centrais de biomassa florestal em função da sua sustentabilidade

**4. PARECER** sobre a Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL 2019 (PDIRGN 2019) – Período 2020-2029, (apreciação da AR nos termos do n.º 9 do artigo

87.º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto). – **Relator:** Dep José Manuel Carpinteira (PS)

**5.** Proposta de realização de **audição com jovens autores de ação sobre alterações climáticas** no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

**6.** Outros assuntos.

**- Presenças:**

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); André Pinotes Batista (PS); Filipe Pacheco (PS) Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Rui Cristina (PSD); António Cunha (PSD); Nelson Peralta (BE); Joana Mortágua (BE); Alma Rivera (PCP); Duarte Alves (PSP); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (L).

**- Suplentes:**

Hugo Carvalho (PS); João Miguel Nicolau (PS); Joaquim Barreto (PS); Miguel Matos (PS); Emídio Guerreiro (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); João Gomes Marques (PSD); Pedro Pinto (PSD); Maria Manuela Rola (BE).

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em [CAEOT 20201209\\_VC.mp3](#) pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos, saudando os membros da Comissão presentes na sala e em videoconferência.

Submetida a aprovação e votação, a **ata n.º 48** foi **aprovada por unanimidade**.

Relativamente aos [Projeto de Lei 587/XIV/2 \(BE\)](#) - *Interdita a produção, posse, utilização e comercialização dos meios e formas aplicados exclusivamente na captura ou abate de exemplares de espécies não cinegéticas de aves selvagens (3.ª alteração ao decreto-lei n.º 140/99, de 24 de abril)* e [Projeto de Lei 586/XIV/2 \(BE\)](#) - *Condiciona o exercício da caça a espécies cinegéticas que não se encontrem ameaçadas, ou quase ameaçadas, e que apresentem estatuto de conservação conhecido (8.ª alteração ao decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto)*, o Senhor Presidente da Comissão transmitiu que os mesmos tinham sido agendados para o Plenário de 10 de dezembro, pelo que não seria exequível proceder à elaboração de parecer, ficando sem efeito este ponto da Ordem de Trabalhos.

Passados ao ponto três, intervieram os Senhores Deputados **Mariana Silva** (PEV), **Alma Rivera** (PCP), **Nelson Peralta** (BE) e **Joacine Katar Moreira** (NInsc), solicitando os seguintes adiamentos:

**PJR 527/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que apoie as organizações não-governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise provocada pela pandemia causada pelo SARS-CoV-2* - **adiado a pedido do GP BE**

**PJR 539/XIV/1 (NInsc JKM)** - *Por uma Avaliação Ambiental Estratégica para a Mineração e Avaliações Ambientais Estratégicas nas regiões onde estão em curso ou previstos projetos de prospeção e pesquisa de depósitos de lítio e minerais associados* - **adiado a pedido do GP PCP**

**PJR 667/XIV/2 (BE)** - *Recomenda medidas de mitigação das emissões de navios de comércio e de cruzeiro cujas emissões agravam a crise climática, o ambiente e a saúde humana* - **adiado a pedido do GP PEV**

**PJR 688/XIV/2 (PSD)** - *Recomenda ao Governo a implementação de ações tendentes à despoluição do rio Ferreira e à requalificação das suas margens, bem como o funcionamento em pleno da ETAR no mais curto espaço de tempo possível*- **adiado a pedido do GP PCP**

**PJR 698/XIV/2 (BE)** - *Recomenda ao Governo que cumpra a Lei da Água, garanta o correto tratamento de efluentes do Rio Ferreira e assegure a sua urgente despoluição* - **adiado a pedido do GP PCP**

**PJR 701/XIV/2 (BE)** - *Revisão da carreira de vigilante da natureza e contratação de efetivos suficientes*- **adiado a pedido do GP PCP**

**PJR 752/XIV/2 (PEV)** - *Incentivos para erradicação de resíduos de plástico no mar*- **adiado a pedido do GP BE**

**PJR 758/XIV/2 (PS)** - *Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias com vista ao reforço da recolha seletiva em Portugal*- **adiado a pedido do GP BE**

**PJR 754/XIV/2 (NInsc JKM)** - *Classificação da Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida* - **adiado a pedido da proponente**

Dando cumprimento ao disposto no regulamento da Comissão, a discussão dos projetos foi adiada para a reunião seguinte, ficando ainda estabelecido o consenso de que a discussão dos PJR 752 e 758 deveria ocorrer de forma desagregada.

Foram depois discutidos os **PJR 573/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que atue no sentido da correta classificação energética e promoção da diminuição da utilização de gases fluorados nos aparelhos de ar condicionado e a durabilidade dos mesmos;* **PJR 673/XIV/2 (BE)** - *Recolha e tratamento eficaz dos gases de refrigeração das unidades de ar condicionado, frigoríficos e outros equipamentos de frio;* **PJR 620/XIV/1 (CH)** - *Recomenda ao Governo que estabeleça o dia 25 de setembro como o Dia Nacional da Sustentabilidade;* **PJR 621/XIV/1 (NInsc JKM)** - *Institui o dia 25 de setembro como o Dia Nacional da Sustentabilidade;* **PJR 670/XIV/2 (CDS-PP)** -

*Instituição do Dia Nacional da Sustentabilidade a 25 de setembro e [PJR 765/XIV/2 \(BE\)](#) - Pela prorrogação do prazo de validade da avaliação de Impacto Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, conforme informações anexas a esta ata, que dela fazem parte integrante.*

A respeito deste último projeto (PJR 765/XIV/2 (BE) - *Pela prorrogação do prazo de validade da avaliação de Impacto Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa*, a pedido do Senhor **Presidente da Comissão**, o Senhor **Deputado André Pinotes Baptista** (PS) ficou de remeter aos serviços a fundamentação jurídica invocada para a impossibilidade de prorrogação do prazo de validade da declaração de impacto ambiental.

Sobre a proposta de texto final dos [PJR 437/XIV/1 \(PS\)](#) *Recomenda ao Governo que condicione a emissão de licença de exploração das novas centrais de biomassa ao cumprimento de rigorosos padrões ambientais e de sustentabilidade; [PJR 511/XIV/1 \(BE\)](#) *Utilização sustentável e ecológica da biomassa florestal residual* e [PJR 531/XIV/1 \(PEV\)](#) *Reformulação do modelo e apoios públicos a atribuir às centrais de biomassa florestal em função da sua sustentabilidade* intervieram os Senhores **Deputado Miguel Costa Matos** (PS), aceitando a sugestão do BE e podendo incorporar a expressão proposta, admitindo a inserção desses contributos; **Deputado Nelson Peralta** (BE), valorizando as questões positivas que resultaram deste debate parlamentar sobre biomassa; **Deputada Mariana Silva** (PEV), aceitando a propostas apresentadas e dando concordância ao novo texto, embora salvaguardando que não seja claro que a expressão “de origem nacional” evite madeiras de proveniências estrangeiras e que ainda há muito a fazer em matéria de biomassa para se preceber qual o modelo que se pretende; **Deputado João Moura** (PSD), confirmando o texto apresentado atendendo a que as propostas do GP PSD foram consagradas. Submetido a votação, o texto final dos [PJR 437/XIV/1 \(PS\)](#); [PJR 511/XIV/1 \(BE\)](#) e [PJR 531/XIV/1 \(PEV\)](#) foi **aprovado por unanimidade**. Foi determinada sua remessa para votação final em plenário.*

Seguidamente, Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso, propôs a realização de uma audição, por videoconferência, com os jovens autores de ação sobre alterações climáticas no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Intervieram, mostrando concordância, os Senhores **Deputados Alma Rivera** (PCP), **Nuno Fazenda** (PS), **Bruno Coimbra** (PSD), **Mariana Silva** (PEV) e **Nelson Peralta** (BE), todos valorizando a iniciativa dos jovens e dando anuência à sua realização.

A apresentação e debate do parecer sobre a Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL 2019 (PDIRGN 2019) – Período 2020-2029, nos termos do n.º 9 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto coube ao Senhor **Deputado José Manuel Carpinteira** (PS). O debate começou com a intervenção do Senhor **Deputado Duarte Alves** (PCP), que cumprimentou o relator pela elaboração do parecer, afirmando que o mesmo é factual, mas transmitindo a sua crítica ao processo, uma vez que se trata de um elemento estrutural da rede de gás natural, elaborado por uma empresa privada (REN), que orça 184 milhões de euros totalmente imputados às tarifas dos consumidores. Todavia, chegou à Assembleia com o processo orçamental em curso e, apesar da sua magnitude, foi agendado para após a conclusão do



orçamento, sem audições que deveriam ter sido requeridas. Criticou que a rede de transporte, a infraestrutura, não tenha controlo publico, considerando crucial recuperar o controlo público sobre a REN. Concluiu a intervenção assinalando que o sentido de voto não é sobre o parecer em si, mas para sinalizar a critica do GP PCP à metodologia aplicada à discussão de um projeto desta dimensão e repercussão nacional. Intervieram depois os Senhores **Deputado Nelson Peralta** (BE), que mencionou a discordância com a privatização da REN, ativo essencial para o cumprimento das metas de descarbonização, salientando ainda outros problemas verificados como a intensidade de uso de gás de botija pelo país, a duplicação mal conjugada da rede energética e rede de gás, concluindo pela premência do combate à pobreza energética; **Deputado Hugo Martins Carvalho** (PSD) e **Deputado Nuno Fazenda** (PS), ambos destacando a análise e a qualidade do parecer, que classificaram de factual, e agradecendo ao relator designado a sua elaboração do parecer.

Sumetido a votação, o parecer sobre a Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL 2019 (PDIRGN 2019) – Período 2020-2029 foi **aprovado por maioria**, com abstenção BE, PCP e PEV, e votos a favor PS e PSD.

Na rubrica “Outros Assuntos” o Senhor Presidente informou a Comissão da data de realização da audição de petionários da Petição 140/XIV/2.<sup>a</sup>, sobre a Serra de Carnaxide.

Transmitiu um pedido de audiência da CIP a propósito da Lei do Clima, para expor as preocupações do tecido empresarial. O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) pediu a palavra para referir que a Conferência de Lideres agendou para o plenário de 7 de janeiro os diversos projetos já entrados sobre Lei de Bases do Clima, propondo que essa audiência seja concedida em sede de especialidade. Intervieram os Senhores **Deputados Nuno Fazenda** (PS) e **Bruno Coimbra** (PSD), concordando, pelo que foi estabelecido conceder a audiência solicitada em sede de especialidade. A propósito do mesmo tema, o Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) lembrou a conferencia sobre o clima a realizar em parceria com a Zero, que não poderá realizar-se, por constrangimentos conhecidos de todos, até ao final do ano como inicialmente previsto.

Por último, o Senhor Presidente da Comissão propôs que se viesse a desenvolver uma iniciativa sobre as questões da água no território nacional, com especialistas da matéria, preferencialmente presencial.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelas 18H20, informando que a próxima reunião de Comissão terá lugar no dia 16 de dezembro.

Palácio de São Bento, 9 de Dezembro de 2020

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)